



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

LEI Nº 593/89

"INSTITUI O IMPOSTO SOBRE VENDAS DE
COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS A VA
REJO - IVV."

O Prefeito Municipal de Coxim, Estado de
Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e
eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O imposto sobre combustíveis lí
quidos e gasosos - IVV tem como fato gerador a venda a varejo
efetuado por estabelecimento que promova a sua comercialização.

§ Único - Considera-se a varejo, as ven
das de qualquer quantidade, efetuadas ao consumidor final.

Art. 2º - O IVV não incide sobre venda a
varejo de óleo diesel.

Art. 3º - Considera-se local da operação
aquela onde se encontre o produto no momento da venda.

Art. 4º - Contribuinte do imposto é o es
tabelecimento comercial ou industrial que realizar as vendas
descritas no artigo 1º.

§ 1º - Considera-se estabelecimento o lo
cal, construído ou não, onde o contribuinte exerce sua ativid
de em caráter permanente ou temporário, de comercialização a va
rejo de combustíveis sujeito ao imposto.

§ 2º - Para efeito de cumprimento da obri
gação será considerado autônomo cada um dos estabelecimentos,
permanentes ou temporários, inclusive os veículos utilizados no
comércio ambulante.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior
não se aplica aos veículos utilizados para simples entrega de
produtos e destinatários certos, em decorrência de operação já
contribuída.

Art. 5º - Considera-se também contribuín
tes:

I - Os estabelecimentos de sociedade



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

vil de fins não econômicos, inclusive cooperativas, que prati quem com habitualidade operações de vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;

II - O estabelecimento de órgãos de administração pública direta, de autarquia ou de empresa pública, federal, estadual ou municipal que venda a varejo produtos sujeitos ao imposto, ainda que a compradores de determinada categoria profissional ou funcional.

Art. 6º - São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto devido:

I - O transportador, em relação a produtos transportados e comercializados no varejo durante o transporte;

II - O armazém ou depósito que mantenha sob sua guarda, em nome de terceiros, produtos destinados a venda direta ao consumidor final.

Art. 7º - A base de cálculo do imposto é o valor de venda do combustível líquido ou gasoso no varejo, incluindo as despesas adicionais debitadas pelo vendedor ao comprador.

§ Único - o montante do imposto integra a base de cálculo a que se refere este artigo, constituindo o respectivo destaque mere indicação para fins de controle.

Art. 8º - A autoridade fiscal poderá arbitrar a base de cálculo, sempre que:

I - não forem exibidos ao fisco os elementos necessários à comprovação do valor das vendas, inclusive nos casos de perda, extravio ou atrezo na escrituração, de livros ou documentos fiscais.

II - houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor real das operações de venda;

III - estiver ocorrendo venda ambulante, a varejo, de produtos desacompanhados de documentos fiscais.

Art. 9º - As alíquotas do imposto são: :

- I - Gasolina.....3 % (três por cento)
- II - Querosene iluminante.....3% (três por cento)
- III - Alcool hidratado.....3% (três por cento)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

- V - Suprimido.....
VI - Gás natural encanado.....3% (três por cento)
VII - Gasolina de aviação.....3% (três por cento)
VIII - Querosene de aviação.....3% (três por cento)

Art. 102 - O valor do imposto a recolher será apurado quinzenalmente, e pago através de guia preenchida pelo contribuinte em modelo aprovado pela Secretaria de Fazenda do Município, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

§ Único - O regulamento deverá disciplinar os casos de recolhimento efetuado por contribuinte ou responsável não inscritos.

Art. 112 - O Poder Executivo deverá celebrar convênios com Estados e Municípios, objetivando a implantação de normas e procedimentos que destinem à cobrança e fiscalização do tributo.

§ Único - O convênio poderá disciplinar a substituição tributária em caso de substituto sediado em outro Município.

Art. 122 - O crédito tributário não liquidado nas épocas próprias fica sujeito a atualização monetária do seu valor.

§ Único - As multas devidas serão aplicadas sobre o valor do imposto corrigido.

Art. 132 - O descumprimento das obrigações principais e acessórios sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo da exigência do imposto:

I - Falta de recolhimento do tributo - multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto;

II - Falta de emissão de documento fiscal em operação não escriturada - multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto;

III - Emitir documento fiscal consignado importância diversa do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com o objetivo de reduzir o valor do imposto a pagar, multa de 200% (duzentos por cento) do valor do impos



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

to não pago;

IV - Deixar de emitir documento fiscal, estando a operação devidamente registrada - multa de 10% (dez por cento) do valor da OTN;

V - Transportar, receber ou manter em estoque ou depósito, produtos sujeitos ao imposto, sem documento fiscal acompanhados de documentos irredôneos - multa de 200% (duzentos por cento);

VI - Pagar o imposto após o prazo regulamentar, antes de qualquer procedimento fiscal - multa de 40% (quarenta por cento) do imposto.

Art. 149 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua vigência.

Art. 150 - O IVV será cobrado a partir do trigésimo dia contado da publicação desta Lei.

Art. 160 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DESPACHO:

De conformidade com o artigo 78 da Lei complementar nº 1 de 20 de novembro de 1981, sanciono esta Lei para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete do Prefeito, 11 de janeiro de 1989

PREFEITO MUNICIPAL